

A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx

Beatriz Maria Soares Pontes

Doutora em Geografia Humana pela USP (1983)

Professora doutora do Departamento de Geografia da UFRN

Endereço profissional: Base de Pesquisa Espaço e Poder, sala 404, *campus* universitário, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Lagoa Nova, 59075-970, Caixa-Postal: 1528 – Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

Telefone: (084) 215-3574; Fax: (084) 215-3569

Endereço eletrônico: beatrizmariosoares@ig.com.br

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo discutir o pensamento de Chayanov e de Marx a respeito da unidade econômica camponesa. Para Chayanov, o trabalho do camponês tem como fim a satisfação de suas necessidades. Deste modo, a lógica da análise marginalista é inaplicável, já que, para o camponês, a noção de utilidade marginal decrescente do trabalho se defronta com a noção de satisfação de suas necessidades. Tanto para Chayanov quanto para Marx é possível se falar de um modo de produção camponês ou de uma economia camponesa, quando o campesinato se apropria, na íntegra, do produto da terra em que trabalha. Marx e Chayanov explicam o problema da falta de acumulação de capital a partir de mecanismos específicos no funcionamento da economia camponesa. Este artigo aborda, ainda, a emergência dos fundamentos teóricos da organização da unidade econômica camponesa e as críticas a Chayanov e à “Escola de Organização e Produção” na Rússia.

Palavras-chave: camponês, unidade econômica camponesa, Escola de Organização e Produção, ótica marxista, ótica de Chayanov.

Resumen

Organización de la unidad económica campesina: algúns aspectos do pensamento de Chayanov y de Marx

Este trabajo tiene por objetivo discutir el pensamiento de Chayanov y de Marx con respecto a la unidad económica campesina. Para Chayanov, el trabajo del campesino tiene la finalidad de satisfacer sus necesidades. De este modo, la lógica del análisis marginalista es inaplicable, ya que para el campesino, la noción de utilidad marginal decreciente del trabajo se confronta con la noción de satisfacción de sus necesidades. Tanto para Chayanov como para Marx es posible hablar de un modo de producción o de una economía campesina, cuando el campesinado se apropia integralmente del producto de la tierra en la que trabaja. Marx y Chayanov explican el problema de la falta de acumulación de capital a partir de mecanismos específicos en el funcionamiento de la economía campesina. Este artículo aborda, aún, la emergencia de los fundamentos teóricos de la organización de una unidad económica campesina y las críticas a Chayanov y a la “Escuela de Organización y Producción” en Rusia.

Palabras clave: campesino, unidad económica campesina, Escuela de Organización y Producción, óptica marxista, óptica de Chayanov.

Abstract

Organization of the peasant economic unity: some aspects about Chayanov and Marx thought

This piece of work aims at discussing Chayanov's and Marx's thoughts on the peasant economic unit. For Chayanov, the peasant's work has as its goal the satisfaction of his needs. Hence, the logic of the marginal analysis is inapplicable, once that, for the peasant worker, the notion of the decreasing marginal utility of work faces the notion of satisfaction of his needs. To Both Chayanov and Marx, it is possible to speak about a peasant mode of production or about a peasant economy, when the peasantry takes possession, on the whole, of the produce of the land on which he works. Marx and Chayanov explain the problem of the lack of accumulation of capital, starting from specific mechanisms in the functioning of the peasant economy. This article approaches, also, the emergence of the theoretical fundaments of the organization of the peasant economic unit and the critiques to Chayanov and to the "School of Organization and Production" in Russia.

Key-words: peasant, peasant economic unit, School of Organization and Production, marxist viewpoint, Chayanov's viewpoint.

A discussão das idéias

A economia camponesa é um fenômeno em si mesmo, e para ser analisada falta um conjunto de conceitos específicos. Chayanov não é um formalista, preocupado em encontrar as leis de uma ciência geral, mas, considera que cada modo de produção necessita de teorias regionais diferentes. Numa economia capitalista, a força de trabalho pode ser definida, objetivamente, sob a forma do capital variável e suas combinações com o capital constante são determinadas pela obtenção de uma taxa normal de lucros, existente na sociedade. Chayanov diz que o trabalho da família é a única condição possível para a obtenção de recursos para um camponês ou um artesão, porque não existe o fenômeno social dos salários e, por este motivo, também está ausente o cálculo capitalista do lucro. O problema seria determinar que mecanismos estão atrás do trabalho familiar de uma unidade de produção fundamentalmente doméstica.

De um lado da equação está a relação existente, no seio da família, entre os que trabalham e os que não trabalham. A combinação entre esses recursos e os meios de produção, terra e ferramentas de trabalho é mediada por uma dimensão "subjetiva", própria deste tipo de economia: a intensidade do trabalho e, em outras palavras, o grau de autoexploração da força de trabalho da família. Para Chayanov, o trabalho do camponês tem, como fim, a satisfação de suas necessidades. Deste modo, a lógica da análise marginalista é inaplicável, já que para o camponês a noção de utilidade marginal decrescente do trabalho se defronta com a noção de satisfação de suas necessidades. O núcleo de sua teoria passa a ser o balanço existente entre o consumo familiar e a exploração da força de trabalho. É importante, portanto, determinar empiricamente o ponto no qual o camponês deixa de trabalhar, em que ir mais além significa um grau de exploração da sua força de trabalho que só lhe permite a satisfação de necessidades que são culturalmente definidas como marginais. O principal objetivo das operações e transações econômicas do camponês é a subsistência e não a obtenção de uma taxa normal de lucro. É a partir deste tipo de raciocínio que Chayanov interpreta teoricamente, por exemplo, um achado empírico inexplicável na história agrária russa: o fato de que a cada baixa de preços se seguia um aumento da produção. Este tipo de resposta dos camponeses era, por assim dizer, tipicamente não capitalista. O que se supõe que faça uma empresa quando há uma queda dos preços é reduzir a produção. A viabilidade estrutural

deste comportamento camponês era dada pelas grandes crises que assolavam, periodicamente, a economia russa.

Esta colocação não está muito distante da análise que Marx faz do campesinato, no “Capital”. Tanto para Chayanov quanto para Marx é possível se falar Um sistema de exploração que inclui camponeses que pagam a renda do proprietário de terras é algo que pode ser “feudal” ou “capitalista”, mas não estritamente camponês. Marx e Chayanov vão explicar o problema da falta de acumulação de capital a partir de mecanismos específicos no funcionamento da economia camponesa.

Já vimos que para Chayanov o limite da reprodução camponesa é a provisão de um fundo de subsistência definido culturalmente. Marx dirá:

O limite da exploração para o camponês não é o lucro médio do capital, quando se trata de um pequeno capitalista, nem tampouco a necessidade de renda, quando se trata de um proprietário de terra. O limite absoluto com o qual tropeça como pequeno capitalista não é senão o salário que a si próprio se abona, depois de deduzir o que constitui o custo de produção. Enquanto o preço do produto cobri-lo, cultivará suas terras, reduzindo, não poucas vezes, o seu salário até o limite estritamente físico. (MARX, 1956, p. 682)

A analogia de Marx entre salário e força de trabalho camponesa não era do agrado de Chayanov. Sem dúvida, o principal ponto desta citação se relaciona com o fato de que o camponês não maximiza nem lucro, nem renda. Outra consequência importante, na análise de Marx, é que a lei do valor não se cumpre para a produção camponesa: as transações do pequeno produtor não são guiadas por um preço de mercado que iguale o valor, ou, ao menos, o preço de produção. Assim sendo, sempre uma parte do trabalho excedente é contida gratuitamente à sociedade. Para o camponês isto não é importante, não é um obstáculo para continuar a produzir, porque não tem consciência disto. Seu trabalho não aparece como um custo “objetivo” e, enquanto obtiver a sua subsistência, prosseguirá à frente da sua exploração.

Para Marx, a economia camponesa, por definição, é uma economia mercantil: o camponês vende para comprar. A circulação simples de mercadorias, ou seja, M (mercadorias) – D (dinheiro) – M (mercadorias), tem como fim a satisfação de necessidades. Utilizando palavras do próprio Marx,

a repetição ou renovação do ato de vender para comprar tem sua pauta e sua meta, como o próprio processo, num fim último exterior a ele: no consumo, na satisfação de determinadas necessidades... A circulação simples de mercadorias – o processo de vender para comprar – serve de meio para a consecução de um fim último situado fora da circulação: a assimilação de valores de uso. (MARX, 1956, pp. 124-125)

Esta operação é possível porque o camponês não aparece no mercado como possuidor de dinheiro, mas como vendedor de mercadorias produzidas por ele mesmo. Dito de outra forma, é um produtor que combina os meios de produção com seu próprio trabalho, ou seja, está apto a controlar as condições técnicas de produção. Na circulação simples, o fato de M não ser igual a M é algo fortuito; o fundamental é que ambos os termos sejam equivalentes, já que esta é a condição fundamental para o desenvolvimento normal do referido processo de intercâmbio.

A contribuição de Chayanov, no âmbito desta questão, é a idéia de que o camponês avalie subjetivamente o grau de intensidade de seu trabalho, a partir da quantidade de bens no qual este se traduz. Para Marx o limite era o salário, para Chayanov é a superexploração da força de trabalho. Marx opera do ponto de vista do sistema econômico e Chayanov a partir de uma perspectiva micro. Para Marx, o fundamental são as transações entre o campesinato como classe e o sistema econômico global; Chayanov estabelece, por seu turno, um corte entre este nível e a dotação de recursos no âmbito das explorações

camponesas. Em outras palavras, o principal interesse do economista russo são os mecanismos a partir dos quais um dado ator toma decisões no sistema de produção, ainda que não tenha plena consciência disto.

Se contrapusermos com particular insistência a unidade de exploração familiar à capitalista, o faremos ao nível da organização e da produção: a exploração doméstica em contraste com a exploração baseada no trabalho assalariado, diz Chayanov (1966, p. 225).

Outro ponto em comum é o problema da formação de renda no seio da economia camponesa. Marx argumenta que nos sistemas econômicos dominados por pequenos produtores domésticos “não existe renda absoluta, razão pela qual a pior terra não dá nenhuma renda, pois a renda absoluta pressupõe ou um remanescente realizado do produto sobre seu preço de produção ou um preço de monopólio que exceda o valor do produto” (MARX, 1956, p. 681). Marx partia do pressuposto de que os camponeses, ao cederem parte de seu trabalho excedente à sociedade, permitiam que o preço comercial regulador só em circunstâncias excepcionais atingisse tal valor. Chayanov, por sua vez, se pergunta se a renda é um fenômeno geral e responde:

De acordo com a definição acadêmica usual, renda é a parte que o empresário paga ao proprietário de terras, pelo uso da mesma. Portanto, temos diante de nós um fenômeno real, econômico e social, que surge sobre a base da produção agrícola e é controlado por essas relações. As únicas realidades econômicas gerais no sistema de exploração familiar são: 1) o montante bruto da exploração; 2) somas extraídas deste montante para investir em renovação de capital; 3) o orçamento pessoal da família e 4) as poupanças não investidas na própria exploração (CHAYANOV, 1966, pp. 227-228).

Um dos pontos polêmicos entre o enfoque desenvolvido por Chayanov e a tradição marxista é o que se denominou de teoria da diferenciação demográfica do campesinato versus a teoria da diferenciação social.

Como é sabido, em sua análise das classes sociais no campo, Lênin classifica os camponeses em ricos, de médias posses e pobres, utilizando como critério principal a compra ou venda da força de trabalho. Um camponês rico compra força de trabalho adicional; um de médias posses se baseia na sua e na de sua família, e um pobre é obrigado a vender durante uma parte do ano a sua força de trabalho para poder subsistir (LÊNIN, 1960). No enfoque de Chayanov, o fundamental é o tamanho da família. Obviamente, o tamanho de uma família depende de seu ciclo de desenvolvimento: desde a sua constituição até a morte do chefe de família se atravessam vários períodos. Seu principal argumento é que são as variações na força de trabalho disponível em cada grupo doméstico, as que determinarão o acesso à terra. Portanto, o ciclo de diferenciação familiar explica porque diferentes grupos de camponeses apareçam como possuidores de parcelas de diferentes tamanhos. A correlação entre estas duas variáveis no texto de Chayanov é bastante significativa. Sem dúvida, falta a correlação entre o tamanho das parcelas e a força de trabalho extra familiar. Mesmo assim, nas diferentes análises de Lênin não há um exame cuidadoso da influência do tamanho da família.

Os que se contrapõem a essas duas teorias – especialmente Kerblay (1971) – não vêem que ambas se reportam a diferentes aspectos de uma realidade complexa. O mecanismo enunciado por Chayanov era dominante no campo russo, mas a tendência esboçada por Lênin tinha muito mais sentido nas áreas onde os mecanismos de mercado tornavam débil e inoperante o controle comunal sobre a terra.

É possível imaginar que Lênin não considerou inconveniente aceitar a teoria da diferenciação demográfica para o que chamava camponeses de médias posses que eram, justamente, a maior preocupação de Chayanov. Lendo Chayanov fica claro que a economia camponesa, enquanto economia doméstica, devia resolver o problema da inelasticidade da força de trabalho familiar, segundo variações das diferentes tarefas culturais da exploração. Os mecanismos estudados por Chayanov foram basicamente dois: o aluguel da força de

trabalho em épocas nas quais esta não era suficiente – durante a colheita, por exemplo – e a venda da força de trabalho durante o inverno ou a sua utilização na produção artesanal.

Um aspecto polêmico na obra de Chayanov é, a partir da perspectiva marxista, o efeito da renda diferencial como um mecanismo de desigualdade social entre os produtores camponeses. Chayanov escreve:

Sem dúvida, os fatores usuais tais como melhores solos e melhor situação em relação aos mercados, seguramente existem para unidades de produção mercantis baseadas na força de trabalho da família. Eles devem ter a finalidade de aumentar os outputs e o montante de retorno para cada unidade de trabalho, mas o camponês produtor, ao notar o incremento da produtividade de seu trabalho, introduzirá um balanço entre os fatores econômicos internos de sua granja com menor autoexploração de sua força de trabalho. Satisfaz as demandas de sua família de maneira mais completa com menor desgaste de trabalho, e assim decresce a intensidade técnica de sua atividade econômica como um todo (CHAYANOV, 1966, p. 8)

Marx, ao contrário, afirma:

Qualquer que seja o modo como se haja regulado aqui, o preço médio do mercado dos produtos agrícolas, é inquestionável que nestas condições (predomínio de pequenos produtores) deverá existir, como sob o regime capitalista de produção, a renda diferencial, ou seja, um remanescente do preço das mercadorias nas terras melhores e melhor situadas. Esta renda diferencial existe, mesmo quando tal forma se apresente em situações sociais em que não se tenha desenvolvido ainda um preço geral de mercado, e neste caso se manifeste sob a forma do remanescente do produto sobrando. A diferença reside em que, neste contexto, vai parar no bolso do camponês, cujo trabalho se realiza em condições naturais mais favoráveis (MARX, 1956, p. 681).

É neste ponto que as diferenças entre ambas posições surgem mais claramente: para Chayanov, o camponês não tende a ultrapassar um limite fixado por certas necessidades e do qual depende o grau de exploração de sua força de trabalho; se há um excedente, o equilíbrio se restabelece mediante uma redução, no ano seguinte, do desgaste de energia. Para Marx, quanto mais o camponês estiver imerso nas relações de mercado, novas necessidades serão criadas continuamente e todo o excedente em forma de dinheiro poderá ser utilizado de várias formas. Para Chayanov, o camponês é um “conservador” e para Marx um “jogador oportunista”. Para Chayanov, a economia camponesa é um modo de produção no mesmo nível que os modos de produção escravista ou capitalista; para Marx, a produção mercantil simples nunca chega a constituir-se num modo de produção dominante e como tal pode estar presente e desenvolver-se sob diferentes modos de produção.

O ponto principal das reflexões de Chayanov recai sobre as condições que afetam o desenvolvimento do ciclo familiar e, como decorrência, o sistema de herança e o tipo de propriedade. Chayanov reconhece que para que haja adequada associação entre o tamanho da família e o tamanho da exploração, a parcela do pai deve poder ser dividida e herdada por seus filhos. Se a parcela não puder ser dividida, a pressão do desenvolvimento biológico da família, certamente, não poderá influir sobre a quantidade de terra disponível (CHAYANOV, 1966, p. 68). Por outro lado, o regime de propriedade predominante na Rússia, à época em que Chayanov escreveu, não era a propriedade privada. Cada família camponesa, de acordo com o tamanho e a relação existente entre os membros em condições ou não de trabalhar, recebia da comuna uma determinada quantidade de hectares para seu uso. A divisão de uma família, ao separar-se algum filho para formar sua própria família, não alterava todo o ciclo, pois o referido se apresentava ante a comuna e solicitava seu pedaço de terra.

Sua teoria do balanço entre trabalho e consumo depende, além dos aspectos especificamente demográficos, de outros numerosos fatores. Especialmente porque o ponto de partida é de uma economia camponesa basicamente mercantil. Na tradição do pensamento marxista, a influência do sistema econômico global aparece como mais relevante para explicar as forças que se opõem à reprodução de toda economia mercantil simples. A abertura do seu modelo a outros fatores aproximaria, ainda mais, a sua análise da análise marxista. Mas, Chayanov, explicitamente, estabelece um limite ao seu trabalho quando diz:

Neste trabalho, no qual investigamos a organização interna da exploração camponesa, não podemos tratar das condições que determinam o nível de produtividade do trabalho, posto que não dependem tanto de fatores próprios da unidade de exploração, como de fatores econômicos gerais que afetam a própria existência da exploração. A fertilidade do solo, uma situação vantajosa da exploração em relação com o mercado, a situação do mercado, relações sociais de produção locais, formas organizativas do mercado local e o caráter da penetração do capitalismo comercial e financeiro: tais são os principais fatores que determinam a produtividade e a remuneração do trabalho camponês. Por sua natureza todos estes fatores permanecem fora do alcance de nossa investigação atual (CHAYANOV, 1966, p. 73).

A teoria de Marx se propõe a explicar porque o camponês cede parte de seu trabalho excedente à sociedade, sendo esta a causa de que não acumule capital. O camponês transfere seu trabalho excedente e, algumas vezes, parte do trabalho necessário à sua reprodução, porque não inclui seu trabalho como parte substancial dos custos de produção; daí a razão pela qual onde predomina a pequena propriedade, o preço comercial nunca chega a cobrir o valor dos produtos. Chayanov parte de outro pressuposto, mas chega à mesma conclusão: a falta de acumulação de capital. Para ele, o camponês deixa de trabalhar quando produz o suficiente para poder comprar o que necessita; por outro lado, este pressuposto está no modelo de Marx da circulação simples de mercadorias.

Assim, na comunidade de grupos de produção domésticos, quanto maior for a capacidade de trabalho de cada grupo, menos trabalharão seus membros, ou, dito de outra maneira, a intensidade do trabalho num sistema de produção doméstico varia de maneira inversa à capacidade de trabalho relativa de cada unidade de produção. Os problemas de baixa produtividade, subutilização de fatores de produção e crises periódicas presentes, de forma permanente, no âmbito das sociedades camponesas, podem ser explicados tomando-se ambas as perspectivas como complementares: a de Marx, a partir da transferência da mais-valia e a de Chayanov, a partir da ausência de estímulos para produzir um maior excedente.

A análise de Chayanov tem duas importantes conseqüências empíricas. A saber: sob que condições a nova tecnologia será aceita pelos produtores camponeses? A primeira hipótese que se depreende de sua teoria é a de que não somente é válido o argumento de que a tecnologia é boa, mas permite também um rápido aumento da produtividade do trabalho. Em todo caso, o camponês estará orientado para dois fins: mais recursos com menos trabalho, todavia, só se lograr manter uma quota de intensidade de trabalho que o permita utilizar a sua força de trabalho. Como Chayanov se encarregará de demonstrar mais adiante, este ponto de coincidência é, às vezes, muito difícil de se obter, pois, em geral, toda tecnologia nova está pensada como substitutiva da força de trabalho. Por último, e do ponto de vista do sistema econômico global, a transferência de capital do setor agrícola para o industrial só será possível se forem aumentados os preços dos insumos da economia camponesa e se diminuïrem os preços de seus produtos. Mas esta política tem também seus limites na intensidade da exploração da força de trabalho. Este tipo de raciocínio encontrou-se, de forma constante, na mente dos planejadores soviéticos quando se discutia o problema da acumulação primitiva do capital no regime socialista.

Marx, por outro lado, assim pensava as condições associadas empiricamente ao predomínio da economia camponesa: a população rural deve ser majoritariamente oprimida, o capitalismo existe, mas está pouco desenvolvido e onde existe está debilmente concentrado, uma parte predominante do produto deve ser consumida pelos produtores, de modo tal que o processo de circulação de mercadorias não seja muito amplo e exista uma escassa divisão do trabalho no âmbito social, sendo, por essa razão, a economia camponesa uma mescla de produção agrícola e artesanal (MARX, 1956, pp. 681-687). É fácil reconhecer nesta listagem algumas das principais características da Rússia da época de Chayanov.

A partir das idéias de Chayanov e de Marx, aqui discutidas sumariamente, poderíamos construir um contínuo de atores sociais na estrutura agrária. O modelo estaria constituído pela economia camponesa típica, na qual duas características devem estar presentes: uso da força de trabalho familiar e falta de acumulação de capital. Atores que apesar de usarem força de trabalho familiar, e que acumulam capital por uma maior produtividade de seu trabalho, estariam num outro nível do desenvolvimento de um capitalismo agrário.

Mais avançados seriam os produtores que combinam sua força de trabalho com força de trabalho alheia, e acumulam capital. Ambos os grupos estariam dentro do módulo do “farmer” norte-americano. O ponto de chegada seriam, portanto, as explorações capitalistas puras onde a força de trabalho é assalariada, sendo o principal objetivo a obtenção da taxa normal de lucro existente na sociedade.

A emergência dos fundamentos teóricos da organização da unidade econômica camponesa e as críticas a Chayanov e à escola de organização e produção

A corrente de pensamento econômico russo que foi denominada “Escola de Organização e Produção” e à qual pertencem A. N. Chelintsev, N. P. Makarov, A. A. Rybnikov, A. N. Minin, G. A. Studenskū, Chayanov e outros, nasceu antes da guerra e adquiriu notoriedade em face das profundas mudanças sociais e econômicas ocorridas na Rússia, após a revolução de 1905.

Antes deste período, o estudo da exploração camponês era encarado sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico nacional, isto é, interessava como fonte de coleta de impostos, como mercado interno para os produtos da indústria urbana ou como fonte de força de trabalho barata para as cidades.

A situação começou a se modificar gradualmente em virtude da mudança da agricultura, bem como de toda a economia, no início do século XX. Na Rússia, se formou um mercado interno para a agricultura, graças ao desenvolvimento da indústria; as relações de mercado e a natureza mercantil da exploração agrícola se desenvolveram rapidamente; o movimento cooperativo cresceu sem restrições e continuamente aumentavam os organismos de ajuda à agricultura, assim como os grupos que a ela ofereciam assessoramento.

Portanto, não é surpreendente que, nas diversas regiões do país, autores começassem a discutir os diferentes problemas da organização e da produção agrícola. Tais autores, ligados à “Escola de Organização e Produção” eram, em sua maioria, funcionários agrícolas, peritos em cooperativas e estatística. Assim, esta Escola foi tomando sua própria forma. O “Diário Agrícola” de Jarkov, editado por K. A. Matseevich, foi o principal baluarte da referida.

Desta forma, o valor do trabalho científico da “Escola de Organização e Produção”, segundo várias opiniões, reside na construção de uma teoria particular sobre a unidade econômica camponesa, o que, de fato, não é exato. Ao responder as dúvidas práticas dos funcionários agrícolas e operários das cooperativas, o grupo integrante da Escola discutiu e encaminhou soluções objetivas sobre várias questões:

- métodos de regionalização agrícola;
- uso das estatísticas de transportes ferroviários para uma adequada descrição das regiões;
- análise da contabilidade para a exploração agrícola;
- métodos de investigação através de questionários;
- um minucioso estudo de sementeiras especiais e ofícios domésticos rurais;
- análise do trabalho das instituições de pequeno crédito;
- descrições monográficas das cooperativas de manteiga, leite e linho;
- estudo da evolução das formas de organização agrícola;
- as bases da administração da água em terras irrigadas;
- estabelecimento de medidas ótimas para empresas agrícolas;
- teoria da cooperação agrícola; e
- métodos de auxílio agrícola à população.

Assim, a teoria da unidade econômica camponesa foi um dos aspectos abordados pela Escola e, seguramente, o mais polêmico.

O problema dos fundamentos teóricos da organização da unidade econômica emergiu no auge da tarefa de assessoramento e cooperação agrícolas.

Os pontos de vista a respeito procedem de duas correntes de investigação:

a) Gradativamente se foi acumulando uma enorme quantidade de material empírico sobre problemas da organização da unidade econômica camponesa¹ obtido, em parte, pelo trabalho dos “zemstvos²” e do Estado, além das investigações independentes, a maior parcela das mesmas, sobre pressupostos;

b) também se estabeleceram empiricamente numerosos fatos e relações de dependência que não se encaixavam no marco da concepção usual da base organizacional das empresas de economia privada, as quais exigiam uma interpretação especial. No princípio, se deram explicações e interpretações especiais em separado, para cada instância específica. Mas isto introduziu tal quantidade de complicações na teoria usual da empresa econômica privada que, finalmente, pareceu mais conveniente generalizá-las e construir uma teoria à parte, sobre a empresa familiar que trabalha para si própria e que, de certo modo, difere, na natureza de sua motivação, de uma empresa organizada sobre a força de trabalho contratado.

Esta hipótese eximiu da análise teórica da unidade econômica camponesa, numerosas correções, exceções e complicações, permitindo construir uma generalização lógica, mais ou menos harmônica, de todo o material empírico.

Os fatos principais e as relações empíricas de dependência que chamaram atenção sobre as peculiaridades da organização da unidade econômica camponesa e que tiveram importância decisiva no desenvolvimento da teoria foram os seguintes:

a) No final do século XIX, Kivisanov, um funcionário agrícola de Perm, encarregado de popularizar equipamentos aperfeiçoados entre os camponeses, encontrou enormes dificuldades para difundir a máquina trilhadora, apesar das vantagens da referida no que concernia à rentabilidade. Observou que a causa principal deste fracasso residia no fato de que, naquela ocasião, a força de trabalho marginalizada pela máquina não podia empregar-se em outras tarefas, no inverno, na guberniya de Perm. Se, por analogia com as bases organizacionais da empresa privada, consideramos que a unidade econômica camponesa é uma empresa na qual empresário e trabalhador se combinam numa só pessoa, neste caso,

¹ Unidade econômica que ganha seu sustento com o trabalho da terra, ainda que suas atividades possam ser também não agrícolas, tais como artesanais e comerciais. Pode ser de natureza capitalista, ou vinculada ao mercado e empregar força de trabalho assalariado, em parte.

² Conselho eletivo local rural instituído da guberniya (principal unidade administrativa do império russo) e do uezd (unidade administrativa territorial, subdivisão da guberniya) após a liberação dos servos, na Rússia.

o benefício do camponês como empresário resulta nulo, por suas perdas como trabalhador assalariado constrangido a ampliar o seu desemprego estacional;

b) Pouco antes da revolução de 1905, o professor de Kiev, V. Kossinkü escreveu um livro intitulado “Sobre o problema agrário”, no qual mostrava, em detalhes, e através de abundante material, que o aluguel que pagavam os camponeses pela terra arável arrendada aos proprietários privados, era consideravelmente mais alto que o benefício líquido que poderiam obter mediante uma exploração capitalista dessas mesmas terras. Na mesma época, P. P. Maslov destacou esta situação no primeiro volume do seu “Problema Agrário”. Estabeleceu o conceito de “renda do consumidor”, segundo a qual os camponeses pobres em terras, sob a pressão de suas necessidades de consumo e para evitar o desemprego forçado, pagavam não só o valor real da terra arrendada, como também uma parte considerável das suas. Novamente, neste caso, os interesses do camponês como trabalhador, angustiado pelo desemprego na sua unidade de exploração, prevalecem sobre os seus interesses como empresário. Posteriormente, ficou demonstrado que tal peculiaridade se aplicava não só aos pagamentos do arrendamento, senão também aos preços da terra pagos pelos camponeses que excediam consideravelmente à renda capitalizada;

c) Na análise das bases econômicas do cultivo do linho, por exemplo, deveria ter sido dada uma explicação similar ao caso das rendas de produção. Os materiais empíricos recolhidos sobre esta cultura intensiva, evidenciaram que, com freqüência, em comparação com a aveia, aquele dava um benefício líquido muito pequeno, de conformidade com a análise contábil e que, assim sendo, quase nunca era encontrado entre os proprietários privados de terras e unidades maiores de exploração. Sem dúvida, os camponeses pobres em terras, ainda que proporcionalmente perdessem algo do benefício líquido, o cultivavam (o linho), já que assim poderiam absorver maior quantidade da força de trabalho nas suas granjas e reduzir o desemprego estacional;

d) Estudos realizados em Vologda, Voronezh e em outras “guberniyas” mostraram uma relação inversa entre a quantidade de terra e o montante das atividades rurais. Quanto menor era a extensão de terra disponível, maior era o volume das atividades artesanais e comerciais no seu conjunto. Quando o camponês como operário-empresário não se encontrava em condições de arrolar uma venda adequada da sua força de trabalho, em sua própria unidade de exploração agrícola, e de obter, para ele mesmo, o que considerava um lucro suficiente, abandonava temporariamente sua empresa e se convertia num simples operário que acorria a uma empresa alheia, salvando-se, assim, do desemprego, na sua própria;

e) Num de seus trabalhos, no seminário de A. F. Fortunatov, o professor N. P. Nikitin logrou estabelecer que na Rússia, diferentemente do que se verificava na Inglaterra, os salários não eram direta, mas inversamente proporcionais ao preço do pão. Posto que os preços do pão eram determinados pela colheita, a explicação natural deste fenômeno era que nos anos em que aquela fracassava, acarretando a alta dos preços, os camponeses como operários-empresários, impossibilitados de ganhar a sua subsistência com as atividades da sua própria unidade de exploração agrícola, ingressavam como operários no mercado da força de trabalho e reduziam os salários, em face da oferta maciça de mão-de-obra;

f) Uma análise de unidades de exploração agrícola, em pequena escala, da Suíça e das guberniyas de Vologda, Moscou, Jarkov, Novgorod e Tambov estabeleceu, sem dúvida alguma, que a força de trabalho da família camponesa estava longe de ser utilizada na sua totalidade e num só grau de intensidade. O nível de produtividade bruta desta força de trabalho influía, em grande escala, sobre o nível desta auto-exploração.

Assim, por exemplo, se como resultado da melhoria da situação de mercado ou de uma razão mais vantajosa da unidade de exploração agrícola, cada unidade produtiva começasse a originar maiores lucros, os lucros totais da unidade de exploração aumentariam, mas não na velocidade com que aumentaria a produtividade individual. Por conseguinte, diminuiria o número de unidades produtivas que venderiam a sua força de trabalho. Neste caso, o camponês como operário, tendo aproveitado a situação favorável da

unidade de exploração, assim como o seu próprio lucro extraordinário, obrigaria o camponês como empresário a oferecer-lhe melhores condições de trabalho, no sentido da redução do ano de trabalho, contra a tendência natural do empresário de estender o alcance de sua atividade econômica para aproveitar uma situação de mercado favorável.

Como foi visto, todos os casos apresentados podem ser interpretados com as categorias da unidade de exploração capitalista baseada na força de trabalho assalariada. Entretanto, assim procedendo, criou-se um conceito excessivamente ambíguo: ver no camponês o empresário capitalista e o operário que ele explora, que é o trabalhador sujeito ao desemprego crônico que obriga seu patrão, em nome de seus interesses como trabalhador, a desorganizar sua unidade de exploração e a comportar-se de modo inconveniente, do ponto de vista empresarial.

Tornou-se preferível, então, o uso de outra hipótese para explicar teoricamente as peculiaridades organizacionais que se observaram, isto é, uma hipótese baseada no conceito da unidade de exploração agrícola como uma unidade econômica na qual a família, como resultado do seu trabalho de um ano, recebe uma simples remuneração de trabalho e mede seus esforços em relação aos resultados materiais obtidos.

A chave do problema reside na confrontação destas duas hipóteses. Devemos aceitar ou o conceito da fictícia dupla natureza do camponês, que une, em sua pessoa, o operário e o empresário, ou o conceito da unidade econômica familiar.

O conceito da unidade econômica camponesa como uma empresa na qual o chefe se contrata a si mesmo como operário, só é concebível no sistema capitalista. A unidade econômica camponesa como forma de organização é também perfeitamente concebível em outros sistemas econômicos nacionais, como em países feudais ou em economias puramente naturais, isto é, sistemas nos quais as categorias de trabalho assalariado e salários estejam ausentes por completo.

Portanto, se a pretensão é lograr um conceito relativo à organização da unidade de exploração doméstica camponesa, independente do sistema econômico no qual está inserida, inevitavelmente basear-se-á a compreensão da sua essência organizativa no trabalho familiar.

Está claro que para cada sistema econômico e, inclusive para cada fase do seu desenvolvimento, há grandes variações no papel que desempenham as unidades econômicas camponesas na economia nacional, na inter-relação destas com outros tipos de unidades econômicas, assim como na luta do campesinato como classe, com outras existentes e, finalmente, o modo como estas participam da renda nacional.

Não obstante, o modelo organizativo da célula básica, a unidade de exploração agrícola familiar, permanecerá idêntico, pois as mudanças são relativas a particularidades, adaptando-se às circunstâncias da economia nacional.

Tal é a gênese e a essência da teoria da unidade econômica camponesa vista como uma das formas de organização das empresas econômicas privadas.

As críticas que geralmente acompanham o desenvolvimento da “Escola de Organização e Produção” são as seguintes:

a) Assinalaram que a Escola de Organização e Produção considera a unidade econômica camponesa com um enfoque estatístico e a investiga isolada do seu contexto social e da realidade histórica. Após o trabalho marxista mais recente, bem como de outras obras, semelhante enfoque é ingênuo e incorreto;

b) A Escola não utiliza o método marxista, e é, em essência, um retorno à escola austríaca que enfatiza a utilidade marginal;

c) A unidade de exploração doméstica camponesa, com sua motivação para o trabalho, não se encontra atualmente em estado natural. Todo o campesinato se agita na atividade empresarial. Portanto, não há interesse prático em estudar formas obsoletas;

d) A “Escola de Organização e Produção” ignora completamente o fato de que a unidade econômica camponesa, embora englobada pelo sistema econômico capitalista mundial, está em luta com este;

e) A “Escola de Organização e Produção” idealiza as unidades econômicas camponesas imbuídas do espírito pequeno-burguês, força sua ideologia e, deste modo, apóia reacionárias formas pré-capitalistas da economia.

A todas essas críticas responde Chayanov:

a) Se nos impuzemos a tarefa de analisar a unidade econômica camponesa, como um fenômeno da economia nacional, deveríamos estudá-la dinamicamente em relação com o seu meio histórico e vê-la como uma categoria histórica e não lógica.

Entretanto, não nos cabe o destino da unidade econômica camponesa, nem sua concepção histórica e nacional. Nossa tarefa é infinitamente mais modesta. Simplesmente, aspiramos compreender o que é a unidade econômica camponesa do ponto de vista da sua organização. Qual é a morfologia deste aparelho produtivo? Nos interessa saber como se logra, aqui, a natureza proporcional das partes, como se obtém o equilíbrio orgânico, quais são os mecanismos da circulação e a recuperação do capital, no âmbito da economia privada, quais são os métodos para determinar o grau de satisfação e de proveito, e como reage em face das influências dos fatores externos, naturais e econômicos que aceitamos como dados.

Portanto, não nos interessa o sistema da unidade econômica camponesa e as formas de organização no seu desenvolvimento histórico, mas os mecanismos do processo organizacional da referida. Mas, esta análise da organização, pela sua própria natureza, tem que ser estática, assim como estática é a análise da construção de uma locomotiva à vapor.

Podem afirmar que não há necessidade de um estudo morfológico para compreender a unidade econômica camponesa, na economia nacional, e que esta não é tarefa para um economista, mas para um tecnólogo. Não vamos discutir e aceitarmos, de antemão, que nos chamem de funcionários agrícolas; todavia, ao nosso ver, um estudo estático do setor agrícola e da organização da unidade econômica camponesa é tão essencial para a compreensão desta, ao nível da economia nacional, como o estudo dinâmico da referida, no âmbito do desenvolvimento histórico da economia.

No sistema de Karl Marx, que não descarta da dinâmica, podem ser encontrados numerosos elementos estáticos e técnicas de análise estáticas. A teoria do valor, a morfologia da circulação do capital, dos processos de reprodução simples e da acumulação do capital são estáticos e construídos mediante análise lógica, para, em seguida, serem utilizados na análise histórica, dinâmica, da realidade.

Em suma, estamos elaborando os elementos morfológicos estáticos da ciência das unidades econômicas camponesas.

Na sua forma atual, tais elementos são sumamente úteis aos funcionários e organizadores agrícolas, exatamente da mesma maneira que os cursos sobre organização da unidade econômica camponesa, construídos estatisticamente por Goltz, Waterstradt e Aereboe são de utilidade para os organizadores das unidades alemãs de exploração agrícola em grande escala. É de todo provável que nossa análise morfológica servirá, no futuro, como valiosa ferramenta para a análise dinâmica da unidade econômica camponesa em toda complexidade do seu processo histórico.

b) Já que nossa tarefa é a análise da organização do aparelho produtivo da unidade econômica camponesa, inevitavelmente devemos permanecer dentro dos limites dos métodos estáticos de análise da organização da referida.

Muitos métodos marxistas obtiveram reconhecimento geral e foram incluídos nas ciências sociais. Pensamos que, dentro de poucos anos, baseando-nos na investigação de problemas econômicos nacionais, poderemos utilizar, em nossa investigação, a rica experiência dos métodos marxistas.

Por outro lado, utilizamos a hipótese do balanço subjetivo entre trabalho e consumo para analisar os processos de continuidade na unidade econômica camponesa e para estabelecer a natureza da motivação da atividade econômica da família camponesa. Entretanto, além dos seus limites, na esfera das relações entre unidades de exploração agrícola, a unidade econômica camponesa aparece através de suas ações objetivas.

Através das inter-relações maciças destas ações com as de outros componentes do sistema da economia nacional se formam os fenômenos sociais, objetivos de preço, renda, etc.

No primeiro volume do “Capital”, Karl Marx reconhece a possibilidade de uma avaliação de benefícios por parte do consumidor, mas afirma que é impossível deduzir desta, o fenômeno social do preço. De modo análogo, descobrimos que, na prática econômica da unidade econômica camponesa, realiza-se um balanço entre o que se trabalha e o que se consome, determinando, em grande parte, o volume da atividade econômica familiar, mas não consideramos, em absoluto, que se possa disto deduzir todo um sistema de economia nacional.

No que tange à Escola Austríaca, Chayanov se situa aproximadamente na mesma posição de Von Thünen, para quem o princípio “marginal” interveio também de modo nada desdenhável.

c) nossos críticos, às vezes, assinalam que o tema de nossa análise, a unidade econômica camponesa, está ultrapassada, como fenômeno, na escala da economia nacional, e que em poucas décadas, será um anacronismo. Afirmam, inclusive, que na atualidade podem ser distinguidas numerosas e variadas formas dentro dos limites do campesinato com existência histórica, e as unidades econômicas baseadas na própria força de trabalho constituem só uma parte das referidas. Finalmente, lembram que as unidades econômicas camponesas, quando viáveis, estão plenas de atividade aquisitiva e empresarial e que, na primeira oportunidade, se fazem semicapitalistas.

Tais afirmações são exatas. No desenvolvimento histórico de uma economia, variadas formas econômicas se desenvolvem, declinam e, às vezes, desaparecem completamente, relegadas ao passado. É possível que, em algum momento, as formas de unidades econômicas camponesas que estudamos só existirão em crônicas históricas. Todavia, agora, nos concerne investigar o destino da unidade econômica camponesa ao nível da economia nacional.

Sem dúvida, é evidente que, nos próximos anos, a unidade de exploração doméstica camponesa continuará sendo um fato concreto em muitos países, e, inclusive, na URSS (hoje ex-URSS).

É verdade também que a exploração rural não é homogênea; além das unidades econômicas do tipo familiar, inclui numerosas unidades semiproletárias e semicapitalistas. Não obstante, não é nosso intuito considerar que a nossa teoria da organização seja universal e abranja todas as formas de empresas classificadas como camponesas. Só investigaremos as formas de organização da unidade econômica de exploração familiar, na agricultura, e projetaremos os resultados somente neste setor, sem dúvida, considerável da economia nacional.

d) A acusação de que consideramos a economia camponesa fora de toda conexão com a circulação capitalista mundial, prescindindo da luta de classes e deixando de lado todos os aspectos econômicos e sociais que constituem a essência do desenvolvimento da economia no período atual, também está baseada em mal-entendidos e se anula pelas mesmas razões relativas à acusação da análise estática.

Ainda que não neguemos a importância dos problemas mencionados e sustentemos a necessidade de que sejam estudados detidamente, os consideramos alheios à nossa tarefa, já que nosso tema é a base da organização interna da unidade econômica familiar individual que trabalha em determinadas condições.

Já ressaltamos que a unidade econômica camponesa, como um tipo de organização com fins produtivos, tem existência histórica. Com certas mudanças na sua estrutura interna, pode constituir a base de um sistema de economia natural, pode ser um elemento num sistema de economia nacional que consista em unidades econômicas camponesas e unidades familiares de artesanatos urbanos, ou converter-se na base para uma economia feudal. Em cada um desses regimes econômicos, a unidade econômica camponesa ocupa um lugar específico, diferente em cada instância particular. Encontra-se ligada de maneiras distintas com outras classes sociais e adota diferentes condutas nas alternativas de lutas de classes características de cada regime.

Na atualidade, a unidade econômica camponesa, em quase todas partes, está ligada ao mercado capitalista; em muitos países sofre a influência do capital financeiro e coexiste com a indústria organizada no modo capitalista de produção e, em alguns lugares, também com a agricultura capitalista. As empresas camponesas têm inter-relações sociais demasiado complexas com todos estes elementos, na economia atual.

Reconhecemos claramente a necessidade de que a “Escola de Organização e Produção” indique, nas investigações individuais, o lugar que ocupa a unidade econômica camponesa no sistema total da economia nacional de hoje e de que proporcione a conexão teórica do nosso conceito organizativo com os principais critérios sobre a economia nacional e seu desenvolvimento.

e) Finalmente, dizem os nossos críticos, não se encontra uma só palavra sobre ideologia no curso de toda nossa investigação relativa à temática em apreço.

Às economistas que trabalham durante muitos anos na análise molecular das bases da atual exploração agrícola, poder-se-ia acusá-las, por tais razões, de serem reacionárias, ideólogos da exploração agrícola pequeno burguesa, com a propriedade da terra pulverizada e individualizada, separada de qualquer forma social de produção, obscurantistas e negadores de todo progresso agrícola e avanço científico? Evidentemente, podemos. Aceitamos, ainda, que os autores criticados sejam ativos trabalhadores no movimento cooperativo e líderes na ajuda técnica agrícola à população. É uma questão de ponto de vista.

Para Chayanov, o conhecimento adequado dos propósitos dos estudiosos da “Escola de Organização e Produção” acabará com a possibilidade dos mesmos serem considerados opositores do progresso agrícola e ideólogos reacionários de formas econômicas obsoletas.

Considerações finais

Concluimos, finalmente, que para Chayanov a sua tarefa é a análise da organização da atividade econômica da família camponesa, uma família que não contrata força de trabalho externa, que tem uma certa extensão de terra disponível, seus próprios meios de produção e que, às vezes, se vê obrigada a empregar parte da sua força de trabalho em atividades rurais não agrícolas.

Referências bibliográficas

CHAYANOV, A. V. On the theory of non-capitalist economic systems. In: D. Thorner (compil.). The theory of peasant economy, Kerblay y Smith. Illinois, 1966.

CHAYANOV, A. V. The theory of peasant economy, Kerblay y Smith. Illinois, 1966.

KERBLAY, B. Chayanov and the theory of peasantry as a specific type of economy. In: T. Shanin (compil.). Peasants and peasant societies. London, 1971.

LENIN, V. La alianza de la clase obrera y el campesinato. Buenos Aires, 1960.

MARX, K. El capital. Buenos Aires, 1956, t. III.